



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - CPA -

Triênio 2015-2017

1 INTRODUÇÃO

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação tem como objetivo promover melhoras do ensino e da aprendizagem. Para tanto utiliza a avaliação como instrumento. Desta forma, procura contribuir com a gestão universitária, indicando caminhos e revendo processos.

A avaliação interna institucional na **FACSUM** faz parte de seu cotidiano e está focada no PDI e na Missão Institucional, focada em uma avaliação capaz de aferir qualidade e responsabilidade social.

A autoavaliação institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação-CPA, desenvolve seu trabalho focado em diferentes ações:

- Orientar sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- Orientar sua política acadêmica e de gestão;
- Identificar potencialidades e fragilidades de seus cursos e de sua gestão.

Em 14 de abril de 2004, com a promulgação da Lei nº 10861 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES definiu como elemento consultivo desse sistema a avaliação institucional interna e externa, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho do estudante. A **FACSUM**, que já tinha incorporado em suas atividades a prática de avaliação interna, teve apenas que se adequar ao novo sistema estabelecido pelo SINAES.

2 HISTÓRICOS INSTITUCIONAIS – FACSUM

Histórico da Mantenedora

A Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – ASSUPERO, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Paulista, nº 900, 1º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, com Estatuto registrado e protocolado em microfilme no Quarto Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo, em 04/02/2004, sob o nº 477.740, cadastrada no CNPJ sob o nº 06.099.229/0001-01, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017. A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da ASSUPERO de

associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de ASSUPERO ENSINO SUPERIOR S/S LTDA., cuja ata encontra-se registrada no 4º Registro de Pessoas Jurídicas da Capital sob nº 669752, de 22 de janeiro de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01. Em 06 de julho de 2018, após registro na JUCESP, sob NIRE nº 3523113603- 9, ocorreu a transformação do tipo societário para ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA., permanecendo o mesmo CNPJ nº 06.099.229/0001-01. Com a transformação, a ASSUPERO passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC

Histórico da Mantida

O **Instituto Sudeste Mineiro de Educação e Cultura – ISMEC**, ora denominado **Faculdade do Sudeste Mineiro – FACSUM**, conforme Portaria SESu/MEC nº 453, publicada no DOU em 04/05/10, com endereços de funcionamento situados na Av. Presidente Itamar Franco, nº 3.180, Ed. Saint Pietro, loja 1 / 2 / 3, Bairro São Mateus, e Av. Barão do Rio Branco, 2.872, 3º piso, Centro, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, foi credenciado pela Portaria nº 3.440, publicada no DOU em 07/10/05, e oferece os seguintes cursos: **Administração**, reconhecido pela Portaria nº 314, publicada no DOU em 04/08/11; **Ciências Contábeis**, reconhecido pela Portaria nº 312, publicada no DOU em 04/08/11; **Comunicação Social e Turismo**, reconhecidos pela Portaria nº 759, publicada no DOU em 16/10/06; **Direito**, autorizado pela Portaria nº 4.043, publicada no DOU em 28/11/05; **Engenharia de Produção**, autorizado pela Portaria nº 137, publicada no DOU em 30/07/12; **Pedagogia**, reconhecido pela Portaria nº 298, publicada no DOU em 31/12/12.

Também são oferecidos **Cursos Superiores de Tecnologia em Comércio Exterior e Gestão de Recursos Humanos**, autorizados pela Portaria nº 74, publicada no DOU em 11/03/08; **Logística**, autorizado pela Portaria nº 279, publicada no DOU em 28/12/12; **Marketing**, reconhecido pela Portaria nº 270, publicada no DOU em 17/12/12.

O pedido de reconhecimento do curso de graduação em **Direito** e do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos** encontra-se em tramitação junto à SERES/MEC.

O pedido de autorização dos cursos de graduação em **Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil e Fisioterapia**, encontra-se também em tramitação junto à SERES/MEC.

2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação das instituições de ensino superior brasileiras é uma ferramenta poderosa para as necessárias mudanças na educação superior, visando à melhoria na qualidade e maior aproximação com a sociedade contemporânea.

A valorização e a ampliação do conhecimento possibilita a oportunidade de novos serviços, forçando o indivíduo a buscar o aprimoramento pessoal e a atualização dos seus conhecimentos.

A avaliação entendida como um insumo do processo mais amplo de planejamento da organização permite, enfim, obter o diagnóstico de necessidades e identificar as ações a serem contempladas na gestão da organização.

Assim, a avaliação institucional consiste em um processo permanente de elaboração de conhecimento e de intervenção prática, que permite retroalimentar as mais diversas atividades da instituição, durante todo o seu desenvolvimento.

É necessário garantir que a avaliação não seja praticada de forma burocratizante, empobrecendo seu potencial educativo, evidenciador das mudanças necessárias para que o ensino superior possa reencontrar a sua identidade e cumprir o seu real papel social, diante de uma realidade caracterizada pela incerteza do futuro. O sucesso das políticas públicas de avaliação passa pelo respeito e reconhecimento da importância do projeto institucional, único referencial capaz de qualificar o conceito de qualidade de ensino que se pretende construir no interior dos estabelecimentos de ensino. É para o conjunto de atores que compõe esse cenário que a avaliação deve fazer sentido, para que eles possam igualmente dar sentido ao seu trabalho pedagógico, sem perder de vista o contexto social em que este se insere.

Dessa forma, a avaliação institucional se justifica pelos objetivos que reafirma e que não podem ser examinados de forma massificada na medida em que a homogeneização das instituições põe a perder a riqueza da sua diversidade.

2.1 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES foi instituída por meio da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em consonância com o Art. 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

A atuação da CPA é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição, em conformidade com o determinado no inciso II, do art. 11, da Lei nº 10.861/2004.

Constituem objetivos da CPA:

- a) Coordenar os processos de avaliação internos da instituição;
- b) Elaborar, implementar e acompanhar o Projeto de Avaliação Interna da IES;
- c) Sensibilizar a comunidade interna da IES para participar ativamente das ações avaliativas;
- d) Sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP/MEC;
- e) Promover as ações institucionais necessárias ao cumprimento dos objetivos do SINAES;
- f) Conduzir de forma ética os processos de avaliação interna;
- g) Estimular a cultura da autoavaliação no meio institucional.

A dinâmica de funcionamento da CPA poderá demandar a criação de grupos de trabalho com a participação do corpo dirigente, coordenadores de cursos, chefias de outros órgãos administrativos, representantes dos estudantes e representantes da comunidade externa, quando do levantamento dos dados pertinentes, incluindo a aplicação de formulários, entrevistas e outros métodos.

Serão promovidos seminários internos e reuniões para a divulgação da metodologia e dos instrumentos utilizados para o levantamento de dados qualitativos e quantitativos da avaliação interna institucional.

Compete à CPA:

- a) Organizar os procedimentos e instrumentos a serem usados na avaliação interna da IES, incluindo a formação de grupos de trabalho;
- b) Coordenar e participar da elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta de dados e informações sobre a realidade institucional;
- c) Garantir o rigor na coleta de dados e informações, bem como em todas as atividades pertinentes à avaliação interna;
- d) Articular a participação de toda a comunidade interna e externa no processo avaliativo;
- e) Promover seminários e debates de sensibilização da comunidade universitária para que participem ativamente do processo de avaliação interna;
- f) Coordenar a análise dos dados e informações coletados, produzindo relatórios destinados a subsidiar o planejamento estratégico das IES;
- g) Promover a ampla disseminação dos resultados da avaliação interna institucional mediante a divulgação de relatórios, informativos e boletins;
- h) Empenhar-se para que a autoavaliação seja ponto de partida para a reflexão e proposições de melhorias institucionais;
- i) Elaborar os relatórios parciais e finais referentes a cada período avaliativo institucional.

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo promover melhoras do ensino e da aprendizagem. Para tanto utiliza a avaliação como instrumento. Desta forma, procura contribuir com a gestão universitária, indicando caminhos e revendo processos.

A CPA tem contribuído para o processo de avaliação interna, procurando aperfeiçoar seus instrumentos de pesquisa e envolver mais a participação de todos os segmentos.

Visando a participação da comunidade acadêmica de forma representativa, são envolvidos os discentes e docentes em pesquisas realizadas ao longo do ano, procurando através da autoavaliação, avaliar questões relacionadas ao ensino, extensão, responsabilidade social, infraestrutura, corpo docente e gestão da IES. Desta forma, buscando analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer a partir de sua missão.

Todo segmento envolvido recebe um instrumento onde permite manifestar sua satisfação ou insatisfação e fazer suas devidas observações. Estas informações obtidas vão ser utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; para orientar suas políticas acadêmica e de gestão e para desvelar a realidade dos cursos e da própria instituição. A autoavaliação institucional, realizada de forma permanente, avalia todos os indicadores estabelecidas pelo INEP.

Para que a atividade da CPA seja uma constante na tomada de decisão da IES, é indispensável que os dados levantados sejam de fácil visualização e compreensão. É por este motivo que a complexidade das atividades realizadas e das informações obtidas pela CPA estão consolidadas esquematicamente pelas dez dimensões preestabelecidas pelo SINAES.

2.1.1 Composição da Comissão Própria de Avaliação – CPA

Na composição da CPA é assegurada participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representação da sociedade civil organizada, preservando-se a paridade entre os diversos segmentos, conforme determina a Lei nº 10.861/2004. A CPA é formada por representantes de cada uma das seguintes categorias: corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e sociedade civil organizada, constando do sistema e-MEC a sua atual composição.

2.2 Metodologia, Eixo/Dimensões e Instrumentos a serem utilizados no Processo de Autoavaliação

2.2.1. Metodologia

São as seguintes as fases metodológicas assumidas pela CPA na implementação da Autoavaliação:

- sensibilização;
- diagnóstico;

- avaliação interna;
- relatório final;
- divulgação;
- balanço crítico: consolidação; e
- avaliação externa (Avaliação Institucional) competência do MEC.

A escolha das dimensões e a definição de indicadores resultam na combinação de metodologias existentes e na elaboração de novos indicadores necessários. Esses indicadores quantitativos e qualitativos são utilizados para diagnosticar, descrever, interpretar e avaliar a realidade de cada setor, seus pontos fortes e fracos, possibilitando documento síntese (Relatório).

2.2.1.1 Desenvolvimento da Proposta: Fases de Execução

O autoconhecimento da Instituição, oriundo da visão global que a avaliação interna proporciona, será obtido a partir de uma dupla perspectiva:

- objeto de análise será o conjunto das dimensões estabelecidas no Roteiro de Autoavaliação Institucional: orientações gerais (MEC, 2004), que foram recentemente agrupadas em cinco eixos (Eixo 1 -Planejamento e Avaliação Institucional, Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, Eixo 4 – Políticas de Gestão e Eixo 5 – Infraestrutura), em suas relações com as finalidades da **FACSUM**, tendo como foco as atividades de ensino, extensão e as inter-relações que mantêm entre si e com as expectativas da sociedade em que a Instituição está inserida. Compreenderá, também, a infraestrutura física, a gestão e as políticas de pessoal e de atendimento aos estudantes, com vistas a repensar sua missão para o futuro.
- A produção das informações necessárias à realização da avaliação institucional envolverá toda a comunidade acadêmica e, em especial, os setores que centralizam e administram dimensões específicas da vida institucional.

São várias as formas de estruturação de uma proposta de Avaliação Institucional. A forma adotada por esta IES compreende fases que, por sua vez, subdividem-se em etapas de execução, todas elas interdependentes e complementares.

A Avaliação Interna, além do caráter qualitativo, adotará a perspectiva quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da Instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa. São utilizados instrumentos de pesquisa (questionários e pesquisa documental) que possibilitem traçar um diagnóstico da Instituição e permitam avaliar sua qualidade acadêmica, relevância social e eficiência gerencial e organizacional.

Anualmente, a Comissão Própria de Avaliação da IES promoverá a avaliação dos instrumentos e metodologia utilizados no processo de autoavaliação, com o objetivo de aperfeiçoar esse processo, como instrumento de planejamento e gestão acadêmico-administrativo e em atendimento às normas de avaliação da educação superior, aprovadas pelo Poder Público. As dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional estão estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º.

O documento Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, da CONAES e divulgado pelo INEP, serviu de base para a elaboração desta proposta de autoavaliação.

2.2.1.2. Princípios

- melhoria da qualidade da educação superior;
- responsabilidade social;
- orientação da expansão de sua oferta; e
- busca de eficácia da gestão institucional

2.2.1.3. Objetivos

O processo de avaliação da Instituição tem os seguintes objetivos:

- impulsionar um processo contínuo e criativo de autocrítica da Instituição com vistas a garantir um alto padrão de qualidade enquanto instituição prestadora de serviços;
- reformular e implementar novas políticas que estejam em consonância com o momento histórico respondendo às demandas sociais;
- envolver todos os segmentos no processo avaliativo tendo-os como parceiros nas ações implementadas com vistas a um aperfeiçoamento contínuo;
- explicar o propósito da avaliação, cuidar para que todo o processo seja permeado pela transparência, flexibilidade e ética;
- aperfeiçoar a visão crítica quanto aos aspectos teóricos, metodológicos e práticos da avaliação institucional;
- criar procedimentos avaliativos apropriados ao contexto específico da Instituição;
- aprimorar a sensibilidade pessoal e profissional no exercício da avaliação;
- buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos humanos e materiais, expressos em compromissos científicos e sociais;

- aferir a contribuição, o impacto da **FACSUM** com vistas ao desenvolvimento econômico e social da comunidade local e regional, que se beneficiará das atividades de Ensino e Extensão desenvolvidas na Instituição.
- orientar a expansão da oferta dos cursos da IES, subentendendo-se que a qualidade do Ensino e da Gestão da IES resultariam no sucesso dos cursos e preenchimento das vagas oferecidas;
- buscar permanentemente a qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, bem como o gerenciamento eficiente, ético e relevante dos recursos humanos e materiais, expressados em compromissos científicos e sociais;

2.2.1.4. Relatório Final

O relatório final da avaliação interna expressa os resultados do diagnóstico realizado através da análise das dimensões e dos instrumentos de pesquisa aplicados junto à comunidade acadêmica.

Ao incorporar os resultados das avaliações dos cursos e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, está pronto para ser discutido com a comunidade acadêmica e a sociedade e colocado à disposição de especialistas da avaliação externa.

Tecerá uma análise, tecnicamente crítica, com ilustrações de tabelas, gráficos e indicadores, que facilitem o seu entendimento, além de apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

2.2.1.5. Divulgação

Como continuidade do processo de avaliação interna, a divulgação dos resultados oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas

oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

2.2.1.6 Balanço Crítico: Consolidação

Ao final do processo de autoavaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando a sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de autoavaliação proporciona não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da Avaliação Institucional.

2.2.1.7 Etapas

O processo da autoavaliação deve partir sempre da sensibilização da comunidade. Para que a sensibilização ocorra e o processo avaliativo fique claro para todos, a Comissão de Avaliação deve elaborar um esquema que garanta a transparência do processo, a informação clara e fidedigna e as orientações necessárias aos responsáveis diretos pelas ações.

O diagnóstico consiste na sondagem do ambiente interno para conhecer a instituição. Identificam-se áreas vulneráveis como, por exemplo, falta de docentes capacitados, inexistência de regime de dedicação e laboratórios defasados, entre outros. A solução não deve ir em direção à contratação emergencial de grandes nomes titulados, que emprestem seu prestígio para a instituição e redução do número de professores horistas para mais facilmente atingir as metas numéricas da lei e se considerar o problema resolvido.

Isto se configuraria como mera prestação burocrática de contas ao sistema desvinculado de qualquer compromisso com a construção de uma qualidade de ensino que possa vir a converter-se em diferencial qualitativo da instituição. A construção de um modelo de ensino competente não se resolve artificialmente. Exige projeto de longa duração. Impõe seriedade na leitura da realidade vigente.

Leitura referenciada ao “dever ser” institucional. O uso utilitário de medidas restauradoras da qualidade perdida ou pretendida resolve em parte a situação.

O processo de reflexão, desencadeado pela avaliação, tem como consequência levar a Instituição a assumir a responsabilidade efetiva da gestão política e da gestão acadêmica e científica da instituição. Quando a instituição se conhece e reflete sobre si própria, ela está tomando o seu destino nas próprias mãos. Não está deixando que a rotina, as pressões externas ou as políticas governamentais determinem as suas prioridades e o seu cotidiano. O autoconhecimento visa o aperfeiçoamento, a melhoria da qualidade do funcionamento da instituição, de suas atividades, das ações desenvolvidas por todos os sujeitos, em todos os processos de ensino, de extensão e de gestão.

A reavaliação periódica é fruto da reflexão e possibilita que se transforme gradativamente a avaliação em um processo naturalmente integrado à instituição, através de atividades que façam parte do seu cotidiano, voltadas para o constante aperfeiçoamento e criando a cultura da avaliação. A avaliação não é processo inerte em um momento determinado do tempo, mas é cíclica.

A reavaliação tem como consequência lógica a retroalimentação. Esse processo de constante autoconhecimento e reconstrução institucional é o caminho para a construção da interlocução, ou seja, da mediação com a realidade social. O processo de investigar e produzir conhecimento, o processo de formar profissionais, de qualificar professores, de estender o conhecimento à sociedade, se dá de uma forma sistemática e continuada.

Provocar por meio da avaliação um movimento permanente de revisão e aperfeiçoamento do projeto pedagógico da instituição visto no seu sentido amplo e global, melhorando assim a qualidade das atividades da Instituição, em seu conjunto, é a finalidade primordial do processo de avaliação.

2.2.2 Eixos/Dimensões e Instrumentos que são utilizados no Processo de Avaliação Institucional

Eixos e Dimensões:

As 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do SINAES foram agrupadas por afinidade em cinco eixos, a saber:

- **Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional**

- Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação;
- Processo de autoavaliação institucional;
- Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica;
- Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados;
- Relatórios de autoavaliação.

- **Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional**

- Missão, objetivos, metas e valores institucionais;
- PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de ;
- PDI, política e práticas de iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural;
- PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial;
- PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social;
- PDI e política institucional para a modalidade EAD;
- Estudo para implantação de polos EAD.

- **Eixo 3 - Políticas Acadêmicas**

- Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação
- Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu*;

- Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural;
- Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão;
- Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica Docente;
- Política institucional de acompanhamento dos egressos;
- Política institucional para internacionalização;
- Comunicação da IES com a comunidade externa;
- Comunicação da IES com a comunidade interna;
- Política de atendimento aos discentes;
- Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos.

- **Eixo 4 - Políticas de Gestão**

- Titulação do corpo docente;
- Política de capacitação docente e formação continuada;
- Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo;
- Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância;
- Processos de gestão institucional;
- Sistema de controle de produção e distribuição de material didático;
- Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional;
- Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.

- **Eixo 5 – Infraestrutura**

- Instalações administrativas;
- Salas de aula;
- Auditórios;

- Sala de professores;
- Espaços para atendimento aos discentes;
- Espaços de convivência e de alimentação;
- Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física;
- Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA;
- Bibliotecas: infraestrutura;
- Bibliotecas: plano de atualização do acervo;
- Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente;
- Instalações sanitárias;
- Estrutura dos polos EAD;
- Infraestrutura tecnológica;
- Infraestrutura de execução e suporte;
- Plano de expansão e atualização de equipamentos;
- Recursos de tecnologias de informação e comunicação;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

As dimensões, indicadores, processos e instrumentos a serem utilizados são detalhados no quadro abaixo:

DIMENSÕES	INDICADORES	PROCESSOS / METODOLOGIA	INSTRUMENTOS
PDI	Documentos legais; Objetivos, duração e carga horária do curso; Perfil profissiográfico; Necessidades e expectativas do sistema produtivo.	Levantamento, organização, análise do regulamento.	Fichas de registro e relatórios.
Projeto Pedagógico	Matriz curricular; Ementário; Planos e programas de ensino; Regime acadêmico. Disciplinas; Atividades complementares de ensino; Estágio supervisionado.	Compatibilidade das disciplinas x carga horária; Análise do perfil profissional x perspectivas do mercado de trabalho. Metodologia e articulação com o processo ensino-aprendizagem. Eficiência e eficácia do estágio, em relação à interação do processo ensino-aprendizagem x sistema produtivo.	Registro dos documentos e análise. Registros dos documentos e análise. Ficha de registros.

Corpo docente	Regime de trabalho (integral, parcial) carga horária; Qualificação Acadêmica (titulação); Adequação de professores à disciplina do curso (qualificação e experiência profissional relativa à disciplina); Critérios de seleção; Relação professor/aluno por disciplina; Produtividade do corpo docente (trabalhos publicados, participação em seminário etc.); Autoestima e avaliação dos pares; Avaliação do desempenho do professor pelos alunos; Índice de satisfação e insatisfação dos alunos.	Compatibilização dos alunos aprovados x quantidade de profissionais necessários ao mercado; análise da produtividade x regime de trabalho e carga horária; Análise do professor pelos alunos; Análise da relação estágio supervisionado x docente envolvido; Organização, análise, descrição e interpretação dos dados levantados.	Questionários, fichas de registros, reuniões, palestras, seminários, recursos audiovisuais
---------------	---	---	--

3 SENSIBILIZAÇÃO

A sensibilização é uma etapa importante que conta com a participação e apoio dos Coordenadores de Curso para maior abrangência e divulgação das informações para os discentes e docentes. Os técnicos administrativos recebem visita em seus respectivos departamentos.

• Atividades de Sensibilização					
Meio de Comunicação	Período de divulgação / realização	SEGMENTO ALVO			
		Discente	Docente	Técnico-Administrativo	Sociedade Civil
Banner e cartaz	Outubro de cada ano do ciclo	X	X	X	
Redes Sociais e site da IES	Outubro de cada ano do ciclo	X	X	X	X
Divulgação em salas de aula, sala de professores e demais setores	Outubro e novembro de cada ano do ciclo	X	X	X	X

4 IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES

O Quadro a seguir, descreve o plano de ação da CPA, com as principais metas, ações e prazos, de acordo com as 10 dimensões fundamentais do SINAES:

Dimensões:	Metas	Ações	Prazos
01 - A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	Avaliar de forma sistemática e atualizar os PPCs dos cursos.	Apoiar os NDEs dos cursos, criando grupos de estudos e apoio, se necessário.	2015 a 2017
02 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	Expandir os programas de Monitoria	Dar subsídios aos coordenadores para incentivar os acadêmicos à monitoria	2015 a 2017
	Parceria com os egressos	Fortalecer parceria com os alunos egressos convidando-os para fazerem parte de eventos da IES de forma que sejam fonte de inspiração para os alunos atuais	2015 a 2017
03 - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	Ampliar a divulgação dos projetos de extensão para a comunidade Juizforana	Divulgar no site oficial da instituição e em jornais institucionais e locais as ações sociais realizadas pela FACSUM.	2015 a 2017
04 - A comunicação com a sociedade.	Ampliar os canais de comunicação direta entre a Faculdade e a comunidade	Ampliar a divulgação das ações, eventos e serviços realizados pela FACSUM nas redes sociais.	2015 a 2017
	Ampliar os setores de atendimento à comunidade acadêmica	Ampliar a capacidade de atendimento direcionado à comunidade acadêmica.	2015 a 2017
05 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	Divulgar mais o plano de cargos e salários do corpo docente e do corpo técnico-administrativo	Promover reuniões de esclarecimentos sobre as especificidades dos planos de carreira docente e técnico-administrativo.	2015 a 2017

Dimensões:	Metas	Ações	Prazos
06 - Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	Aumentar a participação docente nos processos decisórios	Aumentar a frequência das reuniões do colegiado, para uma periodicidade mensal	2015 a 2017
	Institucionalizar a avaliação do curso pelo NDE	Implementar instrumentos de avaliação do curso, considerando a avaliação discente, docente, dos egressos, do PPC e da infraestrutura específica do curso..	2015 a 2017
07 - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	Adequar a acessibilidade dos espaços físicos, interno e externo, para atendimento das necessidades de cadeirantes, deficientes visuais e demais portadores de necessidades especiais.	Dotar corredores e calçadas de piso tátil; Instalar sinalização em Braille em portas, escadas e corrimão; Instalar interface de computadores na biblioteca adequada a deficientes visuais;	2015 a 2017
	Realizar melhorias nos estacionamentos.	Criar vagas sinalizadas para portadores de necessidades especiais.	2015 a 2017
	Equipar os laboratórios, adquirindo novos equipamentos	Adquirir mais equipamentos para os laboratórios específicos de cada curso; Construção de um novo laboratório Comprar computadores com melhores configurações para atender qualitativamente a demanda.	2015 a 2017
	Expandir a oferta de títulos e de disponibilidade do acervo da biblioteca.	Adquirir novos livros; Acesso à biblioteca virtual para a comunidade acadêmica.	2015 a 2017
	Ampliação do conforto em salas de aula.	Instalação de persianas nas janelas das salas de aula para melhorar o conforto térmico; Manutenção dos equipamentos	2015 a 2017

Dimensões:	Metas	Ações	Prazos
		de ar-condicionado. Elaboração de plano de manutenção do mobiliário das salas de aula. Instalação de mais ventiladores	
08 - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.	Institucionalizar os ciclos avaliativos nos cursos de graduação	Produzir uma rotina integrada entre a Avaliação externa e a Autoavaliação, envolvendo a produção de dados quantitativos e qualitativos sobre os cursos de graduação, a ser desempenhada pelo NDE.	2015 a 2017
	Ampliar a divulgação e análise dos resultados das Avaliações Externas e Autoavaliação no âmbito dos cursos	Promover reuniões de análise dos dados produzidos pelas avaliações em conjunto com a Coordenação Pedagógica, as coordenações de curso e representantes de estudantes, de forma a identificar os problemas apontados, a sua procedência e necessidade de encaminhamentos para a sua devida superação.	2015 a 2017
	Institucionalizar a avaliação da docência nos cursos de graduação	Elaborar um instrumento de avaliação docente, que seja aplicado com periodicidade semestral, que incorpore uma avaliação do corpo docente pelo discente.	2015 a 2017
09 - Políticas de atendimento aos Discentes.	Criar programas de incentivo à permanência do aluno na IES.	Criar um grupo de trabalho que, buscando a articulação com outros setores que fazem o atendimento ao aluno, elabore propostas para a minimização da evasão. Ampliar convênio com empresas da região.	2015 a 2017
	Promover o nivelamento para os alunos ingressantes.	Ampliar a divulgação dos mecanismos de nivelamento para os alunos ingressantes.	2015 a 2017

Dimensões:	Metas	Ações	Prazos
10 - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Aumentar o número de alunos ingressantes nos diversos cursos oferecidos.	Ampliar a divulgação de bolsas de estudo e programas de financiamento estudantil através dos diversos meios de comunicação tradicionais e mídias sociais.	2015 a 2017

5 CRONOGRAMA

Os prazos estão definidos na tabela de metas, ações e prazos, acima.

6 RECURSOS

6.1 Financeiros

Os recursos financeiros deverão ser pleiteados junto aos canais competentes da Mantenedora.

6.2 Humanos

Os recursos humanos são os disponíveis, primeiramente, entre os membros da CPA, a Direção, Coordenação Pedagógica, coordenação de cursos e docentes e técnico-administrativos da IES, visto a diversidade de necessidades para a execução das ações propostas.